

NOVA ÁGUIA

Revista de Cultura para o Século XXI

Nº 12 – 2º SEMESTRE 2013

ENSAIO & POESIA | TEMAS & AUTORES

ANTÓNIO QUADROS

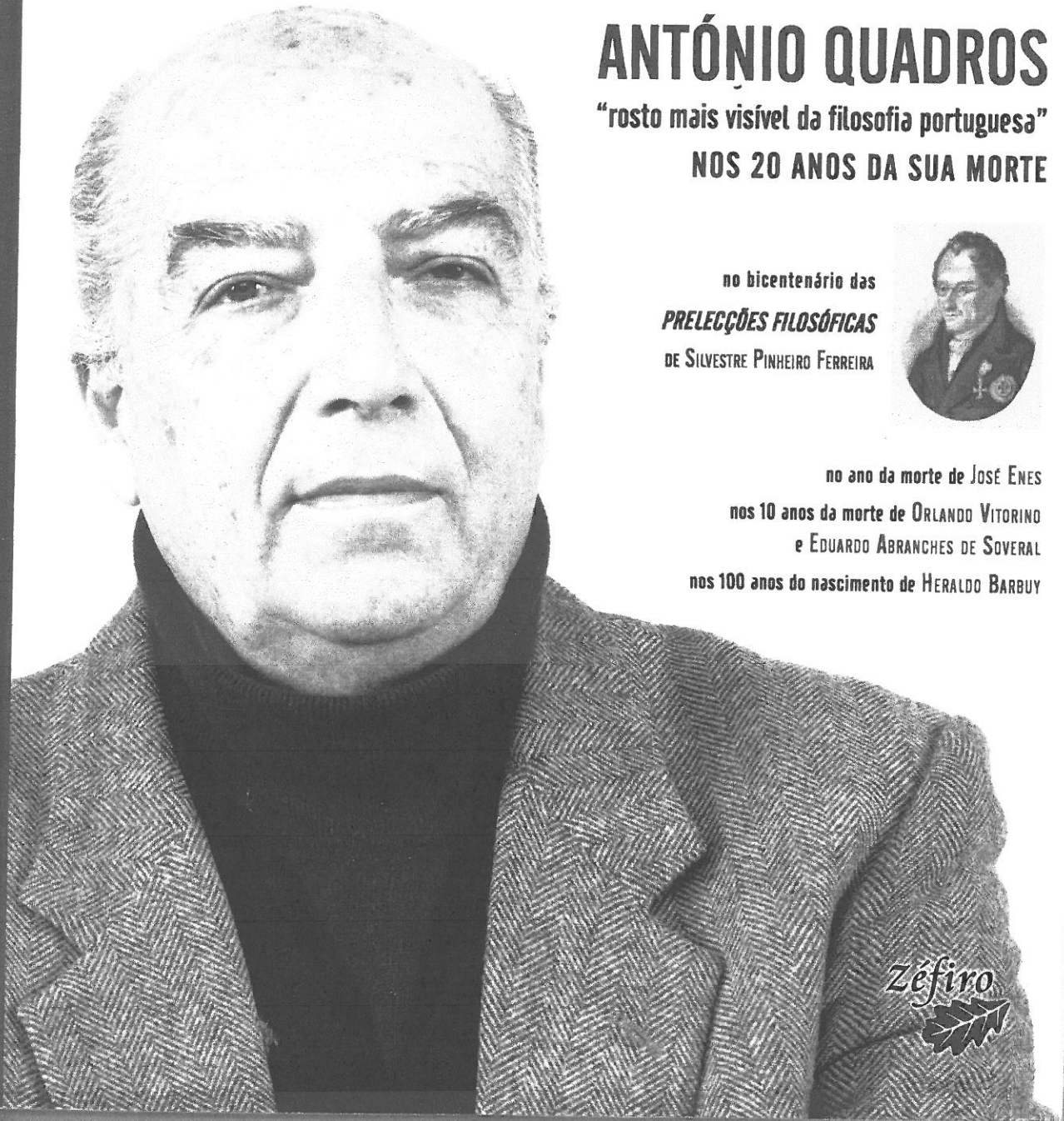
“rosto mais visível da filosofia portuguesa”

NOS 20 ANOS DA SUA MORTE

no bicentenário das
PRELEÇÕES FILOSÓFICAS
DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA



no ano da morte de JOSÉ ENES
nos 10 anos da morte de ORLANDO VITORINO
e EDUARDO ABRANCHES DE SOVERAL
nos 100 anos do nascimento de HERALDO BARBUY



Zéfiro

EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA E UNIVERSIDADE NO JORNAL 57

Artur Manso

O Jornal 57, com o subtítulo *Folha independente de Cultura*, foi fundado por António Quadros de que foi o único director nos quatro primeiros números, a que se juntaram, na direcção, no 5.º número Fernando Morgado e Orlando Vitorino, passando do n.º 6 ao 11.º a ser dirigido conjuntamente por António Quadros e Fernando Morgado. O primeiro número saiu em Maio de 1957, mantendo-se de forma irregular até Junho de 1962, tendo sido publicados ao longo destes cinco anos apenas 11 números – 3 em 1957, com um nro duplo o 3/4, 1 em 1958, 2 em 1959, 3 em 1960, 1 em 1962. 57 foi escolhido para título da publicação, entre outras razões, porque como sublinha António Quadros no “Manifesto de 57”, publicado no primeiro número: “57 é o ano do centenário de Sampaio Bruno, 57 é o ano em que se publica *A razão animada*. 57 é pois um ano de graça para a cultura portuguesa” (n.º 1, 1957: 2). Esta publicação prima pela diversidade, qualidade e quantidade das matérias tratadas. Aí escreveram, para além do seu fundador António Quadros, outros intelectuais de renome como Francisco Sottomayor, Orlando Vitorino, Afonso Botelho, António Telmo, António Brás Teixeira, Alfredo Margarido, Ana Hatherly, Álvaro Ribeiro, José Marinho, Agostinho da Silva, Natércia Freire, Agustina Bessa Luís. Apresentava-se como independente do regime e pretendia renovar a mentalidade cultural portuguesa com o recurso à corrente filosófica do existencialismo e à filosofia portuguesa, assumindo-se, por isso, como nacionalista. Nas suas páginas há de facto um acérrimo combate ao pensamento estrangeiro e à mentalidade de cariz positivista e racionalista que dominava a cultura portuguesa, juntamente com uma crítica cerrada à Universidade, a qual ocupava parte do

pensamento de alguns dos seus colaboradores há já algum tempo¹.

Aqui, debruçar-me-ei sobre a totalidade da reflexão pedagógico-educativa inserida ao longo dos onze números da publicação.

O número 2, de Agosto de 1957, contém na página 16 um artigo de Afonso Botelho designado, “O Existencialismo e a Libertação do Ensino”. Começa, portanto, desde o início a evidenciar-se a vertente existencialista dos princípios educativos que se procuram. Nesta reflexão o autor contrapõe o modelo aristotélico de ensino ao sistema tomista, para afirmar as virtudes do primeiro sobre o segundo. Relacionando ainda a disciplina com os exames, conclui que são os exames que levam à indisciplina.

Nessa linha de ideias, defende, então, que a via existencialista explorada pelo pensamento pedagógico de Delfim Santos, seria o caminho mais adequado para a ascensão ao conhecimento que mais importa. O método pedagógico deste pensador de cariz existencialista é visto como um importante momento de humanização dos alunos, pois ao fazer uso da maiêutica socrática, consegue transformar os indivíduos em verdadeiros estudantes.

Afonso Botelho na sua reflexão não se esqueceu também de dissertar sobre os direitos da família na educação das crianças.

Outro colaborador, Afonso Cautela, na “Carta a um professor primário. Actividade criadora e disciplinas informativas”, inserido nas páginas 14 e 16 deste número, pronuncia-se sobre

¹ Cf. Matos, Álvaro Costa (2008). *O jornal 57: História e Memória*. Acedido em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FilhasHistoricas/57.pdf>. Gama, Manuel (1991). *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*. Lisboa: ICLEP/MEC. Manso, Artur (2010). “Universidade. Pedagogia. Filosofia. Uma leitura a partir de *A angústia do nosso tempo e a crise da universidade* de António Quadros (1956)”. *Actas do Congresso Ibérico – Ensino Superior em Mudança*, Braga, Universidade do Minho, pp. 521-528.

a necessidade de se ensinar aritmética na escola primária e de a educação se sobrepôr à instrução e ao ensino. Reitera que as disciplinas informativas não têm qualquer valor formativo e apela para a necessidade da educação moral na escola se sobrepôr à educação social.

Da responsabilidade dos redatores do 57, aparece neste número, na página 17, o artigo intitulado “Universidade Livre – Colóquio à mesa redonda”, onde se enumeram as razões que estão na base da urgente discussão sobre a organização da Universidade na sociedade de então.

São também os redatores que inserem, ainda na p. 17, o artigo intitulado “Os Liceus – um problema de antropologia aristotélica”, onde se faz o elogio do artigo de Álvaro Ribeiro sobre os liceus, ao mesmo tempo que se critica o ensino liceal vigente, considerado como “uma escola que adormece, altera e adultera, as nossas geniais virtualidades” (n.º 2, 1957: 17).

A página 17 tem ainda um artigo de fundo da autoria de António Quadros intitulado “Para além da crise da Universidade”. Neste escrito Quadros explica o que seria o Instituto Central de Cultura Superior, que, em seu entender, responderia ao facto de “A Universidade está(r) a reduzir-se cada vez mais a um mero aglomerado de escolas técnicas” pois, ela “prepara especialistas e a especialização começa já no sexto ano de liceu: a universidade forma advogados, engenheiros, médicos, mas não forma almas, não forma espíritos, não forma homens” (n.º 2, 1957: 17). Ora, a forte componente técnica que tinha invadido o ensino Universitário, na opinião de António Quadros, exigia que a Universidade criasse uma estrutura que desse aos alunos uma formação humana adequada, em conjunto com a formação técnica. Para tanto, projecta o Instituto Central de Cultura Superior que seria obrigatoriamente “frequentado por todos os universitários, em regime obrigatório (...). constituiria um foco de irradiação cultural para toda a Universidade (...). Utilizando os mais modernos métodos pedagógicos, daria à Universidade a radicação cultural e espiritual que hoje lhe falta, pondo os futuros técnicos em contacto com os problemas e temas da filosofia, da poesia, da arte ou da ciência (...). Baseando-se principalmente na cultura portuguesa daria

um sentido superior, uma dimensão nova, um articulado fim a toda a Universidade que não deixando de formar técnicos, passaria também a formar homens, de forma a que o progresso material desse as mãos ao progresso espiritual do país” (n.º 2, 1957: 17).

Consciente de que a reforma preconizada teria de ser abrangente e participada, António Quadros, para perscrutar o maior número de opiniões possível, dirige um inquérito a professores e estudantes portugueses, prometendo dar a conhecer as melhores respostas nos números seguintes da publicação.

Eram quatro as questões do Inquérito:

“1. *Concorda com o tecnicismo da Universidade moderna ou entende que ele é um perigo a ser evitado?*”

“2. *Parece-lhe que a nossa hipótese de um ‘Instituto Central de Cultura Superior’ poderia constituir, realmente uma solução válida?*”

“3. *Que outras hipóteses apresentaria, dentro da sua própria experiência, para fazer face ao problema?*”

“4. *Está de acordo em que a cultura portuguesa deve constituir o centro da irradiação espiritual da Universidade, a partir de um Instituto Central ou através de uma série de reformas parcelares e progressivas?*” (cf. n.º 2, 1957: 17).

Em Dezembro de 1957 é publicado um número duplo, o 3 e 4, onde nos doze teoremas do 57, é inserido, na página 2, o seguinte teorema quanto à Universidade:

“*Tese: a Universidade tem por fim a formação das altas classes dirigentes.*”

Corolário: organização humanística segundo a Escolástica ou uma dogmática nela apoiada.

Antítese: a Universidade tem por fim a preparação vasta e sólida de técnicos para todas as actividades sociais.

Corolário: organização pedagógica segundo a classificação das ciências de Augusto Comte.

Síntese do 57: a Universidade tem por fim a criação e a difusão de valores: verdade, beleza e bondade.

Corolário: organização cultural radicada na Filosofia Portuguesa” (n.º 3/4, 1957: 2).”

À maneira dos géometras assim se deduz daquilo que a Universidade era, aquilo em que se deveria

transformar, segundo os princípios filosóficos e pedagógicos que animavam este Movimento. Na página oito transcreve-se uma entrevista feita a Álvaro Ribeiro, onde se apela para que não se confunda cultura com escolaridade, manifestando-se ainda contra o prolongamento das formações. Sobre a reforma do Liceu e da Universidade, o autor de *Escola formal* propõe que o acesso ao liceu se faça pelos “catorze anos” e que o nível de ensino liceal seja “fundamentalmente um curso de filosofia e de ciências auxiliares da filosofia”. Teria a duração de “três ou quatro anos mas pelo seu carácter propedéutico tornaria possível encurtar os cursos superiores” (ib.: 8). Como disciplinas essenciais aos estudos liceais, apontava a Antropologia, Cosmologia e Teologia, acompanhadas pelas temáticas indispensáveis à “arte de ser português: língua, literatura, história, etnografia, direito” (ib.: 9). Estes intelectuais acreditavam que se o Liceu funcionasse com base num currículo que integrasse os conhecimentos atrás expostos, facilitaria a vida ao aluno quando ingressasse na Universidade, pois estando já familiarizado com o curso a seguir e respectivas exigências, poderia desde logo escolher “no primeiro ano o assunto da sua dissertação sobre problemas portugueses [e o] trabalho a realizar durante o curso” (ib.: 9). Ainda, para Álvaro Ribeiro, a presidir às Instituições de ensino deveriam estar “pensadores, escritores e artistas, em vez de burocratas, contudo teriam que ter uma acção orientada pela “Filosofia Portuguesa, que é uma filosofia superior” (cf. ib.: 9). A preocupação com a Universidade é permanente em toda a linha editorial desta publicação, inserindo este volume, na página 24, o artigo de fundo com o título: “Contribuição para a Reforma Estrutural da Universidade”, assinado por António Quadros. A defesa da educação enquanto instrumento de elevação do homem é aqui afirmada no seu esplendor. A educação deve assumir-se como um processo contínuo desde a infância à idade adulta, pois não considerar o seu alto valor desde as tenras idades é condenar os futuros adultos a estados de cultura inferiores. A instrução deve ser uma prática de todos os tempos e governos e não um assunto de políticas circunstanciais e

de legislações avulsas. Estas eram as linhas gerais do sistema educativo que estes intelectuais desejavam ver implementado em Portugal, onde reinava uma instituição de orientação positivista e técnica, tendo tal desvio feito com que a Universidade perdesse a sua feição original, nada tendo a ver com a efectiva realidade portuguesa e as verdadeiras necessidades educativas do nosso povo. Era a tendência materialista e utilitarista que a Universidade ia seguindo que se pretendia alterar, fazendo uso, agora, da *razão animada*, expressão que deu título à obra inovadora no panorama cultural português de Álvaro Ribeiro. Como linhas de reforma da Universidade, partindo do princípio que na altura ela não era mais que um “montão de destroços” sem coração e sem espírito, servida por uma classe de professores de feição positivista, tantas vezes descrentes do seu próprio trabalho e da Instituição que serviam, propunham, então, como primeira condição para o espírito voltar à Universidade “que todos os problemas de natureza espiritual, desde a razão pura até ao direito e à articulação das ciências, desde a antropologia até à cosmologia, devem ser colocados de novo do ponto de vista de uma filosofia portuguesa hodiernamente pensada”. Se assim fosse, então, estes reformistas estavam convencidos que, de novo “O espírito entrará na nossa Universidade quando a filosofia portuguesa constituir o núcleo e a articulação das suas disciplinas teóricas e quando nos seus fins se integrar a deontologia das suas disciplinas técnicas ou positivas” (n.º 3/4, 1957: 24). Quanto à Metodologia de Ensino, propunham para a nova Universidade uma pedagogia centrada nos professores, turmas de dez ou doze alunos, uso do seminário e leitura, discussão de ideias, livre escolha de teses a estudar pelos alunos. Os exames deveriam ser completamente eliminados, tal como os concursos para provimento de professores. O quadro curricular que teria de se cumprir, deveria conter uma significativa percentagem de disciplinas de escolha livre por parte dos alunos. Os professores deveriam ter dedicação exclusiva e as artes e espetáculos seriam fortemente incrementadas na Universidade, actividades estas que eram apresentadas como um suplemento à necessária educação estética arredada desde sempre dos currículos

nacionais. Na nova organização do ensino universitário, o desporto também era visto como uma escola de virtudes éticas, tornando-se, por isso, imperioso o seu desenvolvimento. Quanto ao governo das Universidades apelava-se à participação dos alunos na sua direcção, juntamente com os professores, uns e outros deveriam ser eleitos por sufrágio directo, retornando esta Instituição ao seu espírito original que é o de uma “associação de professores e alunos, de mestres e de discípulos”. Ainda neste número, na página 26, é introduzido o artigo de Afonso Cautela designado “A educação – Arte maior – carta a um professor primário”, onde se disserta sobre a educação enquanto arte de viver. De referir ainda a página 27, onde a publicação, como prometido, insere algumas respostas dos estudantes ao Inquérito lançado em número anterior. O número 5, de Setembro de 1958, nas páginas 1 e 2, apresenta os “Doze problemas concretos da cultura portuguesa”, dedicando o problema 5. aos professores e centrando a questão no facto de ser necessário “transformá-los de funcionários em mestres”, reconhecendo logo à partida, a elevada dificuldade nessa tarefa pois quem orientava todo o ensino eram os burocratas estatais ou de outras instituições. Para inverter a situação era preciso reformar a totalidade do sistema, passando a escolher os professores pela qualidade e vocação demonstrada, pela abolição dos exames e dos concursos, pela admissão ao ensino de todos aqueles que tivessem conhecimentos bastantes na área que iriam ensinar, fossem ou não licenciados e pela atribuição de não mais de 12 alunos a cada mestre/professor. O problema 6. é ocupado com os alunos, voltando à questão de se pensar a melhor forma de transformar os alunos em discípulos, ou seja “os estudantes pela vontade em estudantes pelo espírito”. Para tanto seria necessário preencher o tempo que os cursos demoravam a realizar simultaneamente com períodos de trabalho e de ócio, com programas mais vocacionados para os interesses dos jovens, sem exames nem obrigações que para nada servem. Para alcançar os seus propósitos, propunham, então, a abolição dos exames, uma educação individual em vez de

programas unificados, colocando, ainda, a Filosofia na base do sistema educativo português. Assim, promover-se-ia a criatividade e combater-se-ia a memorização. Novamente se insiste para que no ensino superior os alunos viessem a participar no governo das Universidades e tivessem, efectivamente, a possibilidade de escolher os mestres, bem como os temas a estudar e teses a preparar (cf. n.º 5, 1958: 1-2). Imbuídos deste espírito e entendendo que a totalidade do sistema educativo português nem ensinava a ser homem, nem tão pouco a ser português, a página 8, insere o texto de António Quadros intitulado “Do acto político”, reforçando a necessidade vocacional em todo o processo de ensino e aprendizagem, bem como a primordialidade de todo o sistema educativo ser moldado pelo “espírito português”, indo de encontro às necessidades individuais de cada um. Este número, na página 19, com a assinatura de António Quadros dá ainda conta de “Três conferências sobre um urgente problema: A reforma educativa”. As conferências em causa são de Álvaro Ribeiro no Centro Nacional de Cultura, de José A Ferreira, no Liceu Pedro Nunes e de António Quadros no Instituto Superior Técnico. As páginas 7 e 22, contém um texto de Afonso Cautela sobre a projectada reforma do ensino primário e a sugestão do autor para que se instaure um período experimental com o fim de preparar os professores para a nova realidade educativa que se quer instaurar. Nas páginas 19 e 23, insere-se um texto de Jorge Preto sobre o facto de os exames se mostrarem nefastos às aprendizagens e prejudicarem os rapazes estudantes. O número 6, saído em Março de 1959, nas primeiras páginas tem impresso o texto de António Quadros, designado “O Movimento”, onde, quanto ao movimento da educação o autor defende ser a família o primeiro ciclo da educação, seguido da escola, que na altura, como vinha demonstrando desde os anteriores números, era de feição positivista e por isso não se preocupava com a necessária educação do espírito. Era, em seu entender, neste ambiente nefasto que “O infante, o adolescente, o jovem, gastam dezasseis anos da sua vida a decorar pela memória inúmeros conhecimentos positivos cuja única razão de ser é a preparação futura de técnicos e profissionais” (n.º 6, 1959: 3).

Noutra coluna, na página 9, faz-se o paralelismo entre a Universidade francesa e a Universidade portuguesa, insistindo-se na urgência de reformar profundamente a Universidade portuguesa. Na página 13 é inserido um trabalho de Avelino Abrantes sobre a obra de Álvaro Ribeiro intitulada *Escola Formal*, e ainda a páginas 13 e 20 surge um artigo de António Quadros que apresenta e analisa o ensaio de Delfim Santos com o título *Formação de Professores*.

O número 7, de Novembro de 1959, nas páginas 14, 15 e 16 cumpre o prometido no n.º 2 e insere as respostas de alguns estudantes ao Inquérito sobre o estado da educação em Portugal. O número 8, saído em Março de 1960, na página 16, contém o texto não assinado com o título “Pensamento Português e Universidade Portuguesa”, onde se constata que os governos se sucedem, as ideias modificam-se, a história não pára, mas a Universidade portuguesa continua sempre igual: dogmática, magistocêntrica, submetida às culturas estrangeiras, ignorando o sentimento nacional, obrigando a decorar para os tortuosos exames as sebtentas amarelecidas de um saber ultrapassado. Como era nestas Instituições que eram formados aqueles que viriam a ser os futuros professores das novas gerações, era preciso por isso, intervir na sua reforma, tanto mais que já havia “um pensamento português, apoiado em livros e estudos que não podem ser ignorados ou ocultados por mais tempo. É o pensamento português que pode realmente estruturar a nova Universidade Portuguesa que sonhamos” (n.º 8, 1960: 16). Mas, naturalmente, os decisores da política educativa, não partilhavam a mesma opinião. Sobre o pensamento genuinamente português, ou o ignoravam, ou o escarneciam. Ao contrário, este Movimento, contra a corrente oficial, continuando na senda da afirmação do Homem português fazia saber: “Que grande povo seríamos se principiássemos algum dia a acreditar em nós próprios, como capazes de criar valores e ideias, se nos voltássemos a considerar, mais do que uma nação, uma civilização” (ib.).

O número 9, de Setembro de 1960, publica nas páginas 10 e 11 um trabalho da autoria de Luis Carlos Espírito Santo intitulado “Educação feminina e educação feminista”. Nesta reflexão,

numa altura em que a igualdade de sexos no acesso e processo educativos já era considerável, o autor vem questionar a realidade bioantropológica de ambos os sexos e pôr em causa que a escola, tal como se organizava, pudesse servir da mesma maneira e de igual forma os rapazes e raparigas em idades similares. Para este autor parecia evidente que “Ignorar que os rapazes têm mais interesse pelo geral (...) e que as raparigas estão mais apegadas ao particular (...) fixam melhor e são mais favorecidas na memória (...) corresponde a não querer ver o que está patente, a desprezar teimosamente o que merece ponderação” (n.º 9, 1960: 12).

Ora, vê o autor a causa desta igualização na importação do modelo americano de ensino e educação que é “típico de uma sociedade matriarcal”, onde “o valor viril dos heróicos descendentes lusíadas perde-se diluído nos paradigmas de J. Dewey e a falsa afirmação de que na sociedade actual existe uma igualdade de sexos, aceita-se como verdadeira e glorificada” (ib.). O autor entende que o ensino, perante estes dados, deve ser diferenciado para rapazes e raparigas, uma vez que o desenvolvimento emotivo e psicológico de ambos os sexos se processa em tempos diferentes. De uma forma muito clara pensa que não se pode tratar por igual, aquilo que é diferente. O ensino só será igual para ambos os sexos se considerar as suas diferenças. Mesmo atendendo a que há um certo exagero na consideração de ambos os sexos e a defesa de uma certa ordem social que atribuía a homens e mulheres papéis e lugares diferentes, de facto, não deixa de ser uma evidência, como os tempos actuais mostram, que o ensino oficial universal beneficia as raparigas porque as aprendizagens que exige estão mais de acordo, em cada idade, com o seu desenvolvimento emotivo e psicológico específicos. Até mesmo um certo sentido de sacrifício que está associado à aprendizagem parece adequar-se mais à natureza feminina do que à masculina.

Este autor acompanhava também a visão recorrente de outros colaboradores ao defender que os exames deviam ser substituídos por trabalhos escolhidos livremente pelos alunos, dando-lhes oportunidade de expôr e discutir os seus argumentos, criando ainda condições para

abandonar a relação professor-aluno e instaurar a relação mestre-discípulo, pois “O encaminhar, o conduzir com amor e o desenvolver com fé, seriam as normas de uma tal pedagogia, seriam as bases ou alicerces de uma futura sociedade” (ib.: 10).

O número 10, saído em Dezembro de 1960, na página 1 e 20 insere um artigo de regozijo pela (re)abertura da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, muitos anos depois de ter sido criada e estar em funcionamento no curto período que mediou entre 1919 e 1932. Reconhece-se o excepcional magistério pedagógico do seu fundador, Leonardo Coimbra e dos discípulos que seguiram os seus ensinamentos, entre eles estavam alguns colaboradores desta publicação: Álvaro Ribeiro, Agostinho da Silva, Delfim Santos, são três dos nomes que se destacaram e cuja obra era exaltada e publicada em 57. Continuava, agora, a ver-se essa Faculdade precocemente encerrada como “uma das mais sérias tentativas já realizadas entre nós para dar aos estudos superiores uma real feição universitária e universalista” (n.º 10, 1960: 1). Por isso era invocada como exemplo de que embora o ensino universitário, ao tempo de Leonardo Coimbra também fosse dirigido por uma política educativa específica e da total responsabilidade dos governos, pese embora a forte orientação positivista que grassava na Academia portuguesa, o filósofo e pedagogo portuense soube dar corpo e dirigir uma escola na qual os professores cumpriam o número mínimo por lei das orientações positivistas, não prejudicando os alunos, tendo, todo o ensino aí ministrado um cunho muito diferente: “Como os professores, além da docência nas aulas, facultavam o convívio nos salões da Sociedade Renascença Portuguesa, nos cafés e em suas casas, aos alunos que pretendessem cultivar-se, formou-se um escol que hoje está actuando no livro, na cátedra, etc” (ib. 1-20).

Para a diferente pedagogia que aí se fazia em relação às outras Faculdades, contribuiu, também, o facto de os principais professores que nela trabalharam terem sido escolhidos directamente por Leonardo Coimbra e nesse lote contavam-se nomes como Ângelo Ribeiro, Newton de Macedo e Teixeira Rêgo, entre outros. Informa-nos ainda que Leonardo teria convidado para o corpo docente dessa Faculdade, Fidelino de

Figueiredo, imediatamente vetado pelo governo pelas suas ligações à monarquia e a Sidónio Pais. Assim, no entender deste Movimento, o autor de *O criacionismo* deu corpo ao ideal de “chamar ao ensino aqueles que prestaram as provas de obra e não aqueles que justificam o seu valor por interposta pessoa, isto é, por certidão assinada por um júri” (ib., 20).

Ainda na página 20, surge o título “Não há professores?” e a esta pergunta, respondem que se não há professores em número suficiente para as Universidades e Institutos Superiores portugueses, é pelo facto de o seu recrutamento se fazer por júri e não pela obra publicada de cada um. O júri e a habilitação específica inviabilizavam, assim, o acesso ao ensino superior de muitos escritores e investigadores. Afirma-se ainda que quase sempre os membros do júri de selecção de professores, eram de qualidade intelectual inferior aos indivíduos que se propunham ocupar os lugares e que eles acabavam por chumbar.

A páginas 19 e 20 insere-se ainda o título “Exames na TV”, onde se reafirma a crítica à realização dos exames, numa altura em que um dado programa de televisão tinha feito a apologia dos mesmos.

Ainda na página 20 do mesmo número aparece um escrito da autoria de Luis Carlos do Espírito Santo intitulado “Livro Único. Ensino Estático”, onde o autor critica ferozmente o livro único por ser o farol do ensino estático, sendo responsável pelo afastamento do aluno e do professor, priviligando o exame à aprendizagem livre e tornando o professor em fiscal do cumprimento do programa. Na opinião deste autor, então, o livro único desautoriza o saber dos professores e trata-os como incapazes de leccionar os conteúdos propostos sem a ajuda desse instrumento externamente imposto (cf. ib.: 20).

Finalmente, o último número, o 11, de Junho de 1962, contém na página 16, a coluna de Armando Luis intitulada “Crise de Universidade ou a queda do símbolo”. Este autor, de uma forma clara, entende que só se poderá aspirar a uma reforma da Universidade depois de se ter procedido a uma reestruturação dos anteriores graus de ensino. Culpa, ainda, a orientação positivista que grassava nas Universidades portuguesas por todos os males nesta área, uma vez que com o “positivismo o homem deixou de ser dinâmico e

passou a ser estático. – pois o espírito motor que conduz ao sobrenatural deixou de ser considerado por uma filosofia que nega o sobrenatural – o positivismo”. É seu entendimento que “Na universidade, mais do que em outra escola se impõe o restabelecimento do método socrático de inquisição, já que o aluno aí deixa de ser um educando para ser um espírito em actividade, um verdadeiro investigador” (nº 11, 1962: 16). O artigo acaba com a indicação de que em números seguintes se procederia à publicação de estudos que indicam a necessidade de uma urgente reforma da totalidade do sistema de ensino vigente em Portugal.

Em jeito de conclusão e para uma reflexão cabal sobre o ensino e a aprendizagem em Portugal, contemplando todos os seus graus, primário, secundário e universitário, impunha-se que os responsáveis da publicação tivessem começado por contactar, como se fez neste último número, que objectivamente, uma reforma séria e alargada da Universidade, deveria ser precedida da re-fundação de todos os níveis inferiores de ensino. Como temos vindo a constatar nos nossos estu-

dos, uma parte significativa dos intelectuais que aqui colaboravam tendiam a relativizar os níveis inferiores de ensino. Parece que entendiam ser necessária uma prévia reforma da Universidade e a partir dela, então, reformar-se-iam os restantes níveis de ensino. Estavam convencidos de que para alterar a orgânica educativa era preciso formar as elites decisoras em modelos novos, pois só assim Portugal poderia colocar profissionais devidamente formados com uma mentalidade nova em todas as áreas-chave que dariam o impulso às reformas necessárias. A pouca massa crítica que Portugal possuía estaria, ainda assim, nas universidades e não nos níveis mais baixos de ensino e, conseqüentemente, sem alterar esta, nada se poderia esperar nos níveis inferiores, uma vez que, naturalmente, as instituições reflectem a formação daqueles que as servem e estes exercem o seu trabalho de acordo com a educação em que foram formados, cujo enfoque principal é moldar os indivíduos aos interesses próprios dos que em cada momento exercem o poder e decidem sobre a totalidade da organização social.

arquivados nas fontes literárias e filosóficas pátrias desde a Idade Média. Entre elas, as crónicas de Fernão Lopes, a anónima Crónica Imperial, o *Leal Conselheiro* de D. Duarte, *Os Lusíadas* de Camões, o *De vera sapientia libri quinque* de Jerónimo Osório, as *cartas* do Padre António Vieira, os documentos ancestrais mais representativos arquivados e legados por Herculano em *Portugalliae Monumenta Historica*, a linha restauradora da cultura portuguesa idealizada e executada pelos românticos, o *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett, o programa pós-romântico da *Renascença Portuguesa* e outros. Na memória da cultura contemporânea, indispensáveis para repensar a portugalidade, apresentavam-se a *Mensagem* de Fernando Pessoa, *A arte de ser português* de Teixeira de Pascoaes, as teses criacionistas de Leonardo Coimbra veiculadas por seus alunos Álvaro Ribeiro, José Marinho, Santa Dionísio e Agostinho da Silva procedentes da Faculdade de Letras do Porto. Dentro de uma linha de visão cultural própria, o grupo defendia a existência de uma filosofia portuguesa, a que deveria corresponder uma *paideia* própria a ser adotada nas escolas do país. A tese escandalizava o oficialismo mas era uma luta concreta contra a estrangeirização da cultura portuguesa e a disseminação positivista no ensino universitário.

Marcando presença inconfundível no Grupo da Filosofia Portuguesa, António Quadros mostrou desde cedo sua qualidade de pensador voltado para a pesquisa da repensação da portugalidade. Na múltipla lista de sua produção literária e filosófica, a obra “Portugal: razão e mistério” tornou-se importante por ajudar mais do que qualquer outra a redimensionar a ontoculturalidade do “ser português”.

Analisado em detalhe, o livro revela o carinho, a devoção e a insistência com que Quadros buscou o entendimento da história e da identidade do país em que nasceu. Da mesma forma que se aplica ao indivíduo a busca de suas raízes familiares, Quadros acha coerente que a mesma demanda seja dirigida às origens da comunidade portuguesa. Quem somos e donde viemos são as interrogações iniciais. Quadros busca a identificação lusitana. Quer ter Portugal diante do espelho e tirar desse confronto a visibilidade

das linhas nele refletidas. A pesquisa dirigida em sua obra é feita com muita seriedade e dentro de uma linha de pensamento rigorosa. A tarefa que se impõe é a de em primeiro lugar identificar os fundamentos que podem explicar Portugal arquetipo. Nesta tarefa, a pesquisa leva-o aos longes da Lusitânia, ao aprofundamento do terreno arqueológico que lhe permita identificar o arquetipo do Homem Português.

No clima cultural que viveu em sua juventude estavam muito presentes os ecos e os efeitos do *Ultimatum* inglês de 1890. Esse ultimatum dado pela maior potência colonial europeia, que era a Inglaterra, soava aos ouvidos portugueses em tom de humilhação. Pelo lado positivo porém, o *ultimatum* despertou o orgulho da identidade e a *consciência das raízes* nos portugueses do fim do século XIX e da primeira década do século XX. A abusiva atitude inglesa impulsionou consecutivas gerações de intelectuais a querer descobrir ou redescobrir a identidade portuguesa e a razão de ser de sua heróica continuidade histórica. Entre essas gerações de intelectuais interessados na descoberta desta identidade estava, como mais próxima da data histórica do *ultimatum*, a geração de Fernando Pessoa e de António Ferro, pai de António Quadros. Tanto em *Prémios Literários* como em *Museu de Arte Popular*, António Ferro mostra ter ideias firmes sobre o povo português e a característica específica da civilização portuguesa, destacando que há diferenciação de estilos entre os povos. Segundo Ferro, o povo português tem um estilo próprio, que é o estilo manuelino, uma expressão de arte e de soberania, ao mesmo tempo (A. Quadros, António Ferro, 122). Além de António Ferro, os intelectuais de *Água* e da *Renascença Portuguesa*, com destaque para Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Mário Beirão, Correia de Oliveira e Fernando Pessoa encarnaram essa busca identitária. Paradigma desta inflexão reflexiva sobre o país, aparece em 1915 *A arte de ser português* de Pascoaes que revela, antes de tudo, uma *postura livre para além da filosofia positivista* adotada pela República de 1910, e apontra, especificamente, na direção de uma filosofia do espírito, cuja essência seria a de “instruir, educar e criar portugueses”. Este espírito

A ONTOCULTURALIDADE DA “ARTE DE SER PORTUGUÊS” EM ANTÓNIO QUADROS

João Ferreira

Conheci António Quadros entre 1954 e 1956, numa das tertúlias do grupo da filosofia portuguesa, em Lisboa. Éramos jovens. Ele com cerca de 32 anos e eu com 28. Além de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, o grupo era constituído por António Quadros, António Braz Teixeira, Orlando Vitorino, Afonso Botelho, António Telmo, Santana Dionísio, Luiz Zuzarte, entre outros. Reuniam-se em cafés da Baixa para debater as bases e o valor da filosofia portuguesa. O grupo que passou a ser conhecido por “Grupo da Filosofia Portuguesa” lutava por um país espiritualmente livre dentro da lídima tradição cultural lusitana. O ponto

importante que o grupo destacava era a rejeição da *paideia positivista* que dominava a universidade oficial e a opção por uma cultura filosófica nacional própria. A lídima história da tradição cultural portuguesa, era identificada pelo grupo a partir do rei Dom Dinis “o plantador de naus a haver”, rei cuja alma poeticamente abrangente tinha a capacidade de ouvir, segundo Fernando Pessoa, “o rumor dos pinhais que, como um trigo do Império, ondulam sem se poder ver” (Fernando Pessoa, *Mensagem*, Primeira Parte/Brasão). No horizonte lusitano, o grupo da Filosofia Portuguesa, e com ele, António Quadros, viam os exemplos arquetípicos da portugalidade